

Discurso de posse do Conselheiro Antônio Corrêa de Oliveira na Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (02.01.96)

O suceder de direções, nas entidades de direito, obedece a dispositivos regimentais e é parte do viver democrático. Desse modo, faz-se o passado, vive-se o presente e antevê-se o futuro. Futuro que se alicerça no ontem, na confluência dos atos, fortificados pela tradição de bem servir, na fidelidade a parâmetros que, sendo áticos, engrandecem a Casa; tornam-na merecedora de encômios pelo caminho trilhado de retidão e deveres cumpridos, todos sob o comando de determinações constitucionais, expressão soberana da vontade popular.

Na investidura honrosa, sinto a responsabilidade da coerência e de um proceder homogêneos com os que me antecederam na presidência, todos superando dificuldades ao traçar rumos, deixando marcas indelévels de profícua passagem.

Esta é, portanto, uma cerimônia de comprometimento com a arte e a ciência da administração do bem comum, para os que hoje, respectivamente, Conselheiros Ruy Lins e Severino Otávio, assumem cargos, e em consonância com os desejos de todos que para o órgão se voltam, com esperança de que, na função pedagógica, contribuem para a moralidade e decência no trato da coisa pública.

Aqui chego, após uma caminhada longa, com a preocupação de servir, conhecendo minhas limitações, mas, sempre na busca do melhor. Esse o meu ideário de sempre, pedindo a Deus a graça da inspiração sadia para agir corretamente.

Procurarei corresponder à confiança dos que me distinguiram com o dignificante cargo e dos mesmos espero o auxílio indispensável, para, mantendo a tradição, conservar alto e bem alto, o prestígio desta Corte, inserida no contexto pernambucano, como básica à sua ordem administrativa. E tão minha e tão nossa, exige de todos a dedicação e afeto para manter a transparência imprescindível de seus atos, na corporificação de ideais, motivo maior do seu existir.

É a certeza de manter atitudes sem vinculação para auxiliar e orientar nos diversos setores, os órgãos da administração, no somatório de esforços, no reunir experiências, para corrigir, adequar e aperfeiçoar, em época de afirmação da cidadania, da valorização da pessoa humana, quando todos vêem os novos rumos que, destruindo tabus, objetivam alcançar um universo de predominância do interesse público, isento de atos que o desabonam e entristecem a todos nós.

Ao assumir cargos de enorme expressividade para mim, permitam-me que recorde a urdidura do tempo, tempo tribio, magnificamente enfatizado por Gilberto Freyre, nome tutelar de nossa intelectualidade.

A recordação é sempre grata; é uma essência, como disse Joaquim Nabuco, de mestria atualíssima em nossos tempos, “que só dá seu perfume integral no incensário da velhice.”

Nesta solenidade, evoco e, na evocação, a homenagem a pessoas e cidades, intrinsecamente a mim ligadas. Entre as primeiras, destaco meus pais: Maria Augusta e Antônio, que levaram uma vida de labor, dando-me exemplos do bom proceder. Meu genitor que, formado no distante ano de 1903, pela nossa Faculdade de Direito, começou como juiz na Comarca de Afuá, Estado do Pará, e, dois anos após, abandonaria a vida de magistrado, para dirigir o Engenho Miranda, da família, há mais de cem anos e possibilitar a educação dos três irmãos mais moços, todos detentores de títulos universitários. Admirador de Pedro II, a primeira vez que votou foi em Manoel Borba, de honradez e firmeza proclamados em prosa e verso. Minha mãe, apreciadora da poesia de Victor Hugo, Lamartine, Cassimiro de Abreu e Castro Alves, romântica, gostando de escrever cartas e das boas leituras, com detalhes nos prendia a atenção, ao contar a campanha de Dantas, movimento despertador dos brios de nossa gente. Na casa residencial do engenho, fizeram o seu mundo, que também foi o meu, como os dos irmãos José, Augusto e Expedito, mundo de vida

campestre e de encantos já desaparecidos, inclusive das festas populares de pastoril, cavalo marinho, babau. Deixaram exemplos que perduram e guiam-me até os dias atuais.

Leonor, esposa dedicada, a companheira de toda hora a quem devo estímulo e apoio. Os filhos Inês e Antônio, cujo crescer deu-me alegria e, nas doenças, apreensão e noites indormidas. Os netos, Paulinho, Carolina e Cecília que, com o genro Paulo Giovanni, foram meu núcleo familiar e me proporcionam a alegria de viver. Inês, chefe de gabinete, ajudando sempre, ao corrigir votos e ao encaminhar processos, e por saber observar deixando ilação para meu desempenho em função de grande responsabilidade.

Entre cidades: Goiana, a terra natal. De colégios célebres: o da Sagrada Família, de freiras, na maioria, francesas, o de Santo Alberto, de frades carmelitas, constantemente falando de Frei Caneca, despertando em mim a admiração por esse mártir da nossa história; de igrejas, antes nove, hoje oito, testemunhas da sua fase áurea e imortalidade nos versos de Ademar Tavares, único trovador a pertencer a Academia Brasileira de Letras; dos guaiamuns azuis, quebrando-se de gordos; das centenárias bandas Curica e Saboeira, uma do partido conservador, a outra do liberal; das ruas do Amparo, Direita, do Lindo Amor e do Poço do Rei; do canal e das barcaças, do imenso mar verde dos carnavais, dos engenhos e das usinas; das trincheiras e das heroínas de Tejucupapo; das brigas de galo e canários; dos cantos maviosos de pássaros em extinção; do buraco da jia, revivida por Luiz Marinho, desembargador que dignificou a toga, sob o título "Minha Terra".

"Como que a vejo, ao longe, adormecida
lá no fundo do vale sossegado,
qual em mágico espelho refletida
no rio manso que lhe flui ao lado.

O trecho mais feliz da minha vida
no seu cálido seio foi passado.
Dali parti para a veloz corrida
em pós de um sonho louco, malogrado.

Olho-a com os olhos do meu pensamento:
em meio de uma praça, ante um convento,
abre os braços o cruzeiro enegrecido.

Logo é a alegria súbita e imprevista...
As velas no seu cais prendem-me a vista;
a voz dos seus curiós encham-me o ouvido."

De lições libertárias, concorrendo para que Pernambuco fosse o primeiro pedaço de chão brasileiro a se libertar do jugo português.

Condado, antiga Goianinha, que me abrigou na década de cinqüenta, em um de seus engenhos - Retiro. De política quente. Da festa de São Sebastião e da música "28 de junho". De bairrismo intenso, o conviver para mim uma página de ensinamento. De engenhos famosos. Num deles, Bonito, na sua capela foi batizado o Bispo D. Vital, de onde liderava o partido conservador, João Joaquim do Rego Barros, Barão de Goiana, amigo do Visconde de Camaragibe e decisivo nas pugnas eleitorais em que se envolvia o sobrinho e genro, conselheiro João Alfredo. De famílias que fizeram e fazem sua história: Andrade, Campos, Muniz, Rodrigues e Fonseca.

E o Recife, em que fiz o ginásio, o colégio e o curso de direito. De ruas estreitas a casas azulejadas. Do bairro de São José; de praias de muito sol; de mangues e de rios. A princípio fechadona, ciosa de sua beleza. Dela disse Manoel Bandeira: "O encanto do Recife não aparece à primeira vista. O Recife não é uma cidade oferecida e só se entrega depois de muita intimidade."

Deu-me condições para ingressar na vida pública. Primeiro, exercendo cargo de confiança: o de delegado de polícia no governo probo de Etelvino Lins. Depois, fazendo-me vereador e, ao sê-lo, privar da amizade e da confiança como líder de Pelópidas Silveira, então seu prefeito; e, a seguir, deputado à Assembléia Legislativa, em seis legislaturas, deputado à primeiro secretário da administração no governo dinâmico de Cid Sampaio.

Em 1982, precisamente a 28 de junho, nomeado por Marco Maciel, expressão maior de homem público, que continua a prestar inestimáveis serviços a Pernambuco e ao país, cheguei a este tribunal. De logo, aferi sua importância no controle externo. Na coragem dos pronunciamentos. Na busca do aperfeiçoamento e da lisura na administração. Na contribuição para o estado de direito, estratificado na Carta Magna, média da aspiração nacional e síntese do regime, fruto dos anseios populares que desejam melhoramento das condições sociais e moralidade.

Gezévicht adverte: "a luta pela democracia é

a procura da ética.”

A falta de segura estrutura faz com que vivamos momentos de violência, de insegurança, causando descrédito nas instituições. Urge que todos, conscientizados, defendam a cidadania e concorram para a correção dos desníveis sociais e que os excluídos sejam reintegres à sociedade, com a dignidade que lhes cabe.

Faz-se necessário que a moralidade seja a tônica, isenta desses malefícios que tornam a vida insuportável.

Joaquim Nabuco já afirmava, com sabedoria: “O padrão de tudo o que vive é bom. Só é má sua corrupção. A estética encontra o absoluto cada vez que alcança a pureza de um desses padrões.”

Senhores conselheiros, meus senhores:

Os meus propósitos, as minhas diretrizes são as mesmas que nortearam os presidentes que me antecederam. De todos tenho exemplo de grandeza e de dedicação a este Tribunal que, nos seus vinte e sete anos de existência, criado que foi no governo Nilo Coelho, tem se conduzido observando padrões e,

assim, positivo, grandemente positivo o seu proceder, cada vez mais abrangente ante os ditames da lei maior.

O passado é, repleto de valores. O presente necessita, no alicerçar do ontem, procurar ver o amanhã.

Ao Presidente Carlos Porto que encerra seu mandato, uma palavra de agradecimento, pela sua firmeza, altivez e espírito público, características de sua personalidade, e mais uma vez patenteadas na direção da Casa.

Ao Conselheiro Adalberto Farias, generoso como sói ser, pela amizade de muitos anos, falando em nome do colegiado, o muito obrigado.

Espero, certo da cooperação dos que fazem este tribunal, conselheiros, procuradores, auditores e todos os demais funcionários, ao encerrar o mandato honroso, conferido por unanimidade, valendo-me do poeta maior, Fernando Pessoa, dizer:

“Claro em pensar, e claro no sentir,
E claro no querer;
Indiferente ao que há em conseguir
Que seja só obter;
Dúplice dono, sem me dividir.
De dever e de ser.”